

Discurso da ministra Miriam Belchior durante o 5º Fórum Interconselhos, no Palácio do Planalto

Brasília, 8 de dezembro de 2014

Bom dia a todas e a todos.

É um grande prazer estar novamente neste Fórum Interconselhos, ainda mais em uma situação tão especial como esta.

Este prêmio da ONU – Organização das Nações Unidas – recebido pelo Fórum Interconselhos é considerado o mais importante do mundo na área de gestão pública.

É o reconhecimento, pela ONU, de que este Fórum é uma das melhores práticas internacionais de participação social.

Estamos todas e todos, portanto, de parabéns.

Isso porque o empenho de cada uma e de cada um foi fundamental para essa premiação.

Lembro que em 2011, na primeira reunião deste Fórum, buscávamos aproximar as proposições construídas em diversas instâncias de diálogo social, como conferências e conselhos nacionais, e os instrumentos constitucionais de planejamento, o PPA – Plano Plurianual, a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e a LOA – Lei Orçamentária Anual.

Desse primeiro encontro emergiu a necessidade de organizar, a partir de uma visão sistêmica, um arranjo institucional para que os canais de participação popular fortaleçam a articulação do planejamento governamental.

A definição das agendas transversais que passaram a ser monitoradas neste Fórum foi um importante passo inicial, especialmente porque são temas representativos do esforço deste governo no fortalecimento dos direitos da cidadania.

Assim, este Fórum passou a monitorar agendas de:

- Igualdade Racial, Comunidades Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais;
- Povos Indígenas;
- Políticas para Mulheres;
- Crianças e Adolescentes;
- Juventude;
- Pessoas Idosas;
- Pessoas com Deficiência;
- População em Situação de Rua; e
- População LGBT.

A decisão deste Fórum de monitorar essas agendas antecipou, inclusive, uma das propostas constantes de documento em negociação na ONU para definir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, aprovados na Rio+20, em 2012.

A ONU sugere que sejam construídos mecanismos para levantar dados para observar as iniquidades de gênero, geração e raça ou etnia nas políticas públicas.

Na prática, já estamos fazendo isso, em meio a vários avanços institucionais que obtivemos nos últimos anos, como:

- o Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo;
- a regularização do casamento homoafetivo;
- o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência LGBT;
- a ampliação do Processo Transexualizador no SUS – Sistema Único de Saúde;
- o Programa Mulher, Viver sem Violência – Casa da Mulher Brasileira; e
- a transformação do Ligue 180 – Central de Atendimento da Mulher em um serviço de disque denúncia.

Não podemos esquecer que a presidenta Dilma, na abertura da 69ª Assembleia Geral da ONU, em setembro passado, deu ênfase à necessidade de criminalização da homofobia e do combate ao racismo.

Antes disso, em junho último, a presidente Dilma havia sancionado a lei de cotas raciais no serviço público, reservando à população negra 20% das vagas oferecidas em concursos durante os próximos dez anos.

As cotas raciais em concursos era uma demanda da 3ª Conapir – Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial e quarta reunião deste Fórum Interconselhos.

Esta medida complementa a adoção de cotas no ensino público. Hoje, 37% das vagas em universidades federais são ocupadas por estudantes provenientes do ensino médio público.

No primeiro semestre deste ano, 64 mil vagas foram reservadas para estudantes do ensino médio público, das quais quase 38 mil foram destinadas a estudantes negros, pardos ou indígenas.

Ainda em relação à educação, segmento fundamental para alavancar o desenvolvimento brasileiro, o governo lançou ou deu continuidade a uma série de ações que dialogam com agendas monitoradas por este Fórum Interconselhos e com as recentes recomendações da ONU.

Faço questão de citar

- o Prouni – Programa Universidade para Todos;
- o Fies – Fundo de Financiamento Estudantil;

- o Enem – Exame Nacional do Ensino Médio; e
- o Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

No Prouni, entre os estudantes contemplados neste ano, mais da metade (56%) são negros. Em 2005, eram apenas 37%. Hoje, são 56,48%. Em números absolutos, o total de alunos negros aumentou 353% em dez anos, para mais de 125 mil beneficiados.

No Fies, desde 2010, quando foi aprimorada a forma de financiamento, mais de 1,88 milhão de contratos foram assinados, sendo 931 mil estudantes pardos e negros (49,6% do total) e 4,4 mil indígenas (0,2%).

O Enem registrou em 2014 um novo recorde de inscrições, com 8,7 milhões de estudantes, um aumento de quase 22% de em relação a 2013. O contingente que se autodeclarou negro foi de 5 milhões (58% do total). Considerando o gênero, as mulheres representaram 58% dos inscritos.

O Pronatec atendeu 7,7 milhões de pessoas desde 2011, dos quais mais de 70% são negros, e oferecerá mais 12 milhões de vagas nos próximos anos.

Quando se considera os beneficiários do Programa Brasil sem Miséria, foram 1,5 milhão de matrículas no Pronatec, sendo que 67% desses inscritos eram mulheres. Do total de matrículas, 48% beneficiaram jovens entre 18 e 29 anos.

É preciso destacar que essas políticas públicas foram aplicadas em mantidas em um cenário adverso para a economia brasileira, em especial após a crise internacional de 2009.

No entanto, os compromissos do governo com o emprego, a renda e a redução das desigualdades permitiram que o Brasil atravessasse este período incorporando avanços.

O salário mínimo teve ganho real em torno de 76% nos últimos 12 anos, ajudando a reduzir a pobreza no País. Por outro lado, a taxa de desemprego caiu a 4,7%, o mais baixo patamar da história.

Além disso, a exitosa política de transferência de renda, realizada por meio do Bolsa Família e do Brasil sem Miséria, contribuiu para reduzir a extrema pobreza. Com isso, o Brasil saiu do “Mapa da Fome”, segundo anunciou a ONU em setembro.

Em resumo, os resultados dessas políticas públicas demonstram que uma inédita expansão dos direitos da cidadania brasileira.

Este sucesso é também um legado deste Fórum e das demais instâncias de participação popular, pois o processo de ampliação da democracia contribuiu para um planejamento mais próximo das necessidades da população e para a melhoria da gestão das políticas públicas, condições sem as quais o desenvolvimento pleno não acontece.

Deixo aqui o meu agradecimento a todas e a todos que contribuíram neste trabalho, pois, como disse no começo, o empenho de cada uma e de cada um foi fundamental.

Muito obrigada.